



## Presidente, vice-presidente e conselheiros do CORECON-MG são empossados

*Solenidade realizada no auditório do BDMG foi prestigiada pela categoria e por entidades representantes de outras profissões*

O novo presidente do CORECON-MG, Cláudio Gontijo, o vice-presidente, Fabrício Augusto de Oliveira, os conselheiros efetivos Antônio de Pádua Galvão, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e José Roberto de Lacerda Santos, e os conselheiros suplentes Leonardo Pontes Guerra e Silvânia Maria Carvalho de Araújo tomaram posse no dia 09 de março. Além de economistas, representantes de conselhos de outras categorias (administração, educação física, relações pú-

blicas, biblioteconomia, medicina veterinária) e de entidades como a PUC-Minas, o Centro Universitário UNA, a FAPEMIG, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Sindilojas-BH prestigiaram a cerimônia. O discurso de abertura foi proferido pelo gerente de planejamento estratégico do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Helger Marra Lopes, que representou o presidente da instituição.

**LEIA MAIS NA PÁGINA 4**

### 2 ENTREVISTA

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Sebastião Helvécio (foto) Ramos de Castro, fala ao Agenda Econômica sobre a questão da dívida pública de nosso Estado.



### 5 PREMIAÇÕES E EVENTOS

Fique por dentro dos prêmios e eventos econômicos que serão realizados e/ou apoiados pelo CORECON-MG nos próximos meses.

# Sebastião Helvécio Ramos de Castro

Abordando temas de grande interesse para os economistas e para a sociedade mineira, o Agenda Econômica entrevistou o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Sebastião Helvécio Ramos de Castro. Médico, Bacharel em Direito, Doutor em Saúde Coletiva, especialista em Didática do Ensino Superior e em pediatria, além de Professor Adjunto de Pediatria na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora, já exerceu os cargos de Secretário de Estado da Saúde (1989 / 1990), Vice-prefeito de Juiz de Fora e Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Dono deste invejável currículo, Sebastião Helvécio fala a respeito da dívida pública do Estado de Minas Gerais, descrevendo sua realidade e apontando as consequências que pode gerar para a economia e para os cidadãos mineiros.

**O Tribunal de Contas de Minas Gerais realizou, em 2011, um estudo abrangente e detalhado sobre a dívida pública do estado de Minas Gerais para subsidiar a elaboração do Relatório de Prestação de Contas do Governador, do qual o senhor foi relator. O que motivou essa preocupação do Tribunal com a situação da dívida de Minas e quais foram os principais resultados a que se chegou com o estudo realizado?**

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais vem se preocupando com a dívida pública do Estado desde a assinatura do Acordo de Renegociação da Dívida dos Estados, embasado na Lei 9496/97. No caso específico da análise das Contas do Governador, alusivo ao ano de 2010, em que fui o Relator, constatamos, em linhas gerais, que a dívida do Estado saltou de R\$ 61,032 bilhões em 31/12/2009 para R\$ 70,031 bilhões em 31/12/2010, apesar de uma despesa realizada na função Encargos Especiais equivalente a R\$ 11,90 bilhões. Infere-se, portanto, que apesar do crescente comprometimento dos Encargos Especiais (em 2005, por exemplo, o aporte foi de R\$ 6,94 bilhões), a dívida pública do Estado não para de crescer. Olhando sob a ótica da alocação de despesa por função, já temos motivo fortíssimo para o estudo aprofundado da dívida: seu custo, suas origens e, destacadamente, o impacto para a sociedade mineira.

**De acordo com os resultados obtidos com o estudo, quais são os principais credores do governo do estado e por que razão, apesar de o estado pagar, anualmente, encargos financeiros equivalentes a R\$ 4 bilhões, a dívida não para de crescer?**



## EXPEDIENTE

**Presidente:** Cândido Luiz de Lima Fernandes | **Vice-presidente:** Cláudio Gontijo | **Conselheiros Efetivos:** Alice Maria Souza Toscano, Antônio de Pádua Galvão, Cândido Luiz de Lima Fernandes, Cláudio Gontijo, Daniela Almeida Raposo Torres, Fabrício Augusto de Oliveira, José Roberto de Lacerda Santos, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Pedro Paulo Moreira Pettersen | **Conselheiros Suplentes:** Aloysio Afonso Rocha Vieira, Carlos Maurício de Carvalho Ferreira, César Manoel de Medeiros, Ronaldo Lamounier Locatelli, Róridan Penido Duarte | **Conselheiros Federais:** José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Marcelo Pereira Mendonça, Wilson Benício Siqueira | **Delegados Regionais:** **Governador Valadares** – Douglas dos Santos Barduzzi; **Itajubá** – Maurílio Gomes de Magalhães; **Itaúna** – Ruperto Benjamin Cabanellas Vega; **Juiz de Fora** – Maria Isabel da Silva Alvim; **Montes Claros** – Aloysio Afonso Rocha Vieira; **Poços de Caldas** – David Rebelo Fiorito; **São João Del Rei** – Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha; **Sete Lagoas** – Jason de Oliveira Duarte; **Uberaba** – Cássio Silveira da Silva; **Uberlândia** – Leonardo Baldez Augusto; **Viçosa** – Evonir Pontes de Oliveira.

## AGENDA ECONÔMICA:

**Comissão Editorial:** Cláudio Gontijo, Daniela Almeida Raposo Torres e Fabrício Augusto de Oliveira  
**Jornalista Responsável:** Emilson Corrêa – MTB-MG 13.240 JP — ascom@corecon-mg.org.br  
**Diagramação:** Roger Simões — rogersmr1@hotmail.com | **Impressão:** Work Print — workprint@workprintbh.com.br  
**Tiragem:** 5.000 exemplares | **Endereço para correspondência:** Rua Paraiba, 777, Funcionários — CEP 30130-140  
 — Belo Horizonte — MG | Tel.: (31) 3261-5806 — Fax: (31) 3261-8127 — corecon-mg@cofecon.org.br — www.portaldoeconomista.org.br

ÓRGÃO INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS



A análise referente a credores do governo do Estado é simples e transparente. Em 31/12/2010 constatei que da dívida total de R\$ 70,031 bilhões a dívida por contratos totalizava R\$ 64,475 bilhões, sendo o saldo da dívida renegociada com a União de R\$ 54,739 bilhões (84,9%), dívida com a Cemig no valor de R\$ 5,070 bilhões (7,86%) e demais contratos totalizando R\$ 4,666 bilhões (7,24%).

Em termos didáticos, do “custo” destas dívidas verifica-se que as duas principais (União e Cemig) são corrigidas por indicadores e juros perversos: IGP-DI acrescidos de 7,5% e 8,18% ao ano, respectivamente. Em outras palavras, o custo destas dívidas está elevadíssimo em relação aos juros praticados no mercado neste momento.

Detalhando, verifica-se que, no caso da União, o índice de comprometimento da receita líquida real do Estado é de 13% a.a., computando-se a diferença entre o apurado e o pago como “nova” dívida, cujo saldo remanescente será apurado em 2028; e aí, teríamos um prazo de dez anos para pagá-la sem garantia de manutenção do atual índice de comprometimento. Este é o ponto crucial do endividamento: o risco fiscal do índice de comprometimento da receita estadual inviabilizar o funcionamento do Estado.

### **Mantida a trajetória de crescimento do estoque dessa dívida, corre-se, de fato, o risco de não se conseguir pagar especialmente a dívida com a União até 2028, ano em que vence o contrato com ela assinado?**

Esta pergunta é importantíssima. A União, examinando o risco fiscal do credor, por iniciativa do Tribunal de Contas da União – TCU, elaborou dois estudos técnicos: o primeiro, em 2006, com os pareceres do próprio TCU; e o segundo, em 2007, com o apoio da Secretária do Tesouro Nacional – STN. Os resultados são díspares e conflitantes entre si. Vejamos: o trabalho do Tribunal de Contas da União – TCU, debruçado sobre o comprometimento da receita líquida real no período de refinanciamento do resíduo da dívida (2029-2038), conclui pelo comprometimento de 38,7% da RLR; enquanto o trabalho apresentado pela STN conclui que o índice é de 14,4% da RLR e, portanto, a “dívida é pagável”. A razão para resultados tão diferentes é o “exercício de futurologia” sobre o crescimento do PIB mineiro: para o TCU 3% a.a., para a STN 3,62% a.a. Na verdade, a série histórica disponível e confirmada em quase uma década e meia, confirma que o correto não está apontado em nenhum desses trabalhos. No período analisado, o PIB mineiro cresceu 3,21% a.a. Esta conclusão, por si só, justifica o trabalho do TCEMG: o valor encontrado é diferente dos anunciados pela União.

### **Na hipótese de refinanciamento da dívida com a União por mais dez anos (de acordo com o contrato), quanto o estado terá de comprometer de sua Receita Corrente Líquida (ou da Receita Líquida Real) para garantir o seu pagamento até 2038?**

Em termos objetivos, em dezembro de 98, o estoque da dívida alusivo a renegociação e saneamento dos bancos era R\$ 14,850 bilhões; em dezembro 2011, o valor apurado corresponde a R\$ 58,627 bilhões, ou seja, um crescimento de 294,8%. Utilizando o preditor de crescimento do PIB, manutenção do custo atual, desembolso de 13% da RLR no período 2012-2028, amortização integral do resíduo + juros + correção no período 2028-2038, implicará em comprometimento de 17,05% da RLR.

O resultado em decorrência de tal indicador é que, no caso de Minas Gerais, IGP-DI + 7,5% a.a. no período de 1998-2011, o crescimento é

## **Aí está o mais grave da questão. Consideramos hoje o índice de 13% de contingenciamento da RLR um grave obstáculo à implementação de políticas públicas nos entes subnacionais; qualquer elevação desse patamar determinará a supressão ou eliminação de programas de políticas públicas, que são colocadas atualmente à disposição da sociedade mineira**

de 817%; enquanto a Selic, no mesmo período, teve elevação de 784%. É relevante destacar, sob uma visão federativa, que em 1998, a Selic era de 28,8% e a combinação IGP-DI + 7,5% a.a. era de 9,3%. Em 2011 tivemos uma correção pelo IGP-DI + 7,5% no valor de 12,9%, enquanto a Selic foi de 11,6% no mesmo período. Conclusão: no início do contrato, a correção era cerca de 33% da Selic; e hoje supera os 109% da Selic. Não é razoável que os pilares do federalismo – solidariedade e subsidiariedade – sejam completamente abandonados.

### **Caso não sejam modificados os termos do contrato dessa dívida e o governo do estado tenha de liquidá-la até 2038, comprometendo parcela significativa de sua receita, o cidadão poderá ser prejudicado com a inevitável redução que terá de ser feita nos gastos públicos e nas políticas sociais para garantir este pagamento?**

Aí está o mais grave da questão. Consideramos hoje o índice de 13% de contingenciamento da RLR um grave obstáculo à implementação de políticas públicas nos entes subnacionais; qualquer elevação desse patamar determinará a supressão ou eliminação de programas de políticas públicas, que são colocadas atualmente à disposição da sociedade mineira. Imagine se, no período 2029-2038, o risco de tal contingenciamento atingir 17,05 da RLR.

### **Que providências deveriam ser ou estão sendo adotadas pelo governo do Estado para evitar essa situação e não privar, principalmente as gerações futuras, da oferta de serviços essenciais providos pelo Estado?**

Em nosso voto como Relator das Contas do Governador alusivas ao exercício de 2010, aprovado por unanimidade pelo Plenário do TCEMG, fizemos duas recomendações básicas quanto à questão da dívida pública mineira.

Primeira: renegociação da dívida, que também tem apresentado crescimento, junto a Cemig, pois a condição pactuada (8,18% + IGP-DI) na Conta de Resultados a Compensar tem tido resultado superior aos aportes semestrais relativos aos dividendos que o Estado faz jus. É louvável a iniciativa do Executivo junto ao Legislativo mineiro de obtenção da indispensável autorização para buscar recurso a custo menor.

Segunda: estímulo à interpretação do princípio federativo, de status constitucional, para revisão do indicador usado (troca do IGP-DI, fortemente influenciado pelo câmbio, construção civil e varejo, pelo IPCA, que é utilizado pelo Governo na correção de suas receitas) e redução nominal dos juros, à proporção da vigência original para a atualmente praticada no mercado, ou seja, redução de 2/3. Assim, teríamos a seguinte proposição: quem firmou o contrato com juros de 9% a.a. teria redução a 3%; 7,5% a.a. seria atualizado para 2,5% e 6% a.a. seria fixado em 2%. Nesses patamares a liquidação completa da dívida dos entes subnacionais com a União dar-se-ia com o comprometimento de 10% da RLR para custear o serviço da dívida, que seria integralmente paga até o final do contrato em 2028. Não haveria perdedores, a federação seria fortalecida e, o mais importante, o cidadão poderia usufruir melhor infraestrutura e serviços básicos em saúde, educação, segurança, habitação e políticas públicas voltadas para a diminuição da diferença entre regiões do Brasil.

# Posse da nova diretoria do CORECON-MG

Cerimônia realizada no BDMG reúne representantes da economia mineira e brasileira e oficializa a posse de economistas na direção da instituição

O novo presidente, vice-presidente e conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais – CORECON-MG, eleitos em outubro de 2011, tomaram posse em cerimônia realizada no dia 9 de março, no auditório Paulo Camilo Penna, no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. A ocasião, que reuniu diversos economistas, professores e alunos de Ciências Econômicas, representantes de instituições parceiras e de outros conselhos profissionais, contou com a presença de convidados ilustres: o secretário municipal de planejamento,

orçamento e informação de Belo Horizonte, Paulo Bretas; o assessor especial do Conselho Federal de Economia – COFECON, Carlos Roberto de Castro, o presidente da Federação Nacional dos Economistas, Juarez Trevisan; o presidente da Associação dos Economistas de Minas Gerais – ASSEMG e da Revista MercadoComum, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira; o presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais – SINDECON-MG, João Baptista Santiago Neto; a coordenadora do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Minas, Ana Maria Botelho; a coordenadora do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da

O ex-presidente do CORECON-MG, Cândido Luiz de Lima Fernandes, entrega o certificado de posse ao atual vice-presidente, Fabrício Augusto de Oliveira





O presidente do CORECON-MG, Cláudio Gontijo, em seu pronunciamento na cerimônia de posse

Dívida, Eulália Alvarenga; os ex-presidentes do CORECON-MG Mário Guimarães Nunes Pinto, Mauro Santos Ferreira e Wilson Benício Siqueira.

Na abertura da cerimônia, o gerente de planejamento estratégico do BDMG, Helger Marra Lopes, parabenizou a nova diretoria do CORECON-MG, desejou sucesso na gestão que se inicia e enfatizou a importância do CORECON-MG como organismo público representativo de uma das mais complexas e valorosas profissões do país. A seguir, ele falou a respeito do recente crescimento econômico brasileiro ante a forte crise econômica e financeira que se abateu sobre alguns países europeus.

Logo após, todos os componentes da mesa-diretora da cerimônia fizeram um breve pronunciamento. O presidente do CORECON-MG, Cláudio Gontijo, finalizando a abertura do evento, falou sobre o papel que a instituição vem desempenhando, ao lado de parceiros importantes como o BDMG, na defesa, na valorização e no reconhecimento dos economistas mineiros enquanto profissionais essenciais ao funcionamento dos mercados locais, regionais, nacional e internacional. Gontijo também destacou a atual crise econômica europeia, mencionando suas causas, consequências e perspectivas, a partir de uma ótica macroeconômica que interfere diretamente no cenário estratégico e econômico brasileiro.

A entrega dos certificados de posse ao novo presidente, Cláudio Gontijo, e ao novo vice-presidente do CORECON-MG, Fabrício Augusto de Oliveira, foi realizada pelo economista e professor Cândido Luiz de Lima Fernandes, presidente da entidade na gestão 2011. Gontijo fez a entrega dos certificados aos conselheiros efetivos Antônio de Pádua Galvão, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, e José Roberto de Lacerda Santos, e também para o conselheiro suplente Leonardo Pontes Guerra que também esteve presente como representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Após a posse, os presentes participaram de um coquetel de confraternização.

### Prêmio MPE de Economia

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae-MG e o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais – CORECON-MG vão promover o I Prêmio MPE de Economia, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas focados na realidade das micro e pequenas empresas – MPEs. O Prêmio vai contemplar trabalhos apresentados por estudantes de graduação em Ciências Econômicas, matriculados regularmente em faculdade ou universidades de Minas Gerais. As entidades organizadoras buscam, através do Prêmio MPE, incentivar os estudantes a tomarem gosto pela pesquisa e pela elaboração de trabalhos científicos, contribuindo para elevar o número de artigos publicados pelas faculdades de Economia em Minas Gerais. As inscrições estarão abertas de março a outubro deste ano e a cerimônia de premiação está prevista para o mês de dezembro. Informações detalhadas estarão disponíveis no portal do economista (<http://www.portaldoeconomista.org.br>) a partir de do mês abril.

### 4ª Gincana Mineira de Economia

Alunos do curso de Ciências Econômicas de faculdades e universidades mineiras já podem se preparar para a 4ª Gincana Mineira de Economia, promovida pelo CORECON-MG. Este ano o evento será realizado nos dias 23 e 24 de agosto, em uma das faculdades de Ciências Econômicas localizadas em Belo Horizonte. A premiação será de R\$ 2.000,00 para a dupla vencedora; R\$ 1.200,00 para a dupla segunda colocada; e R\$ 800,00 para a dupla terceira colocada. As duplas vencedoras ainda terão o direito de participar da Gincana Nacional de Economia que acontece em setembro, também em Belo Horizonte.

### II Prêmio CORECON-MG de Jornalismo Econômico

Com o objetivo de estimular a produção jornalística na área econômica e premiar as melhores matérias e reportagens sobre a economia mineira e brasileira, o CORECON-MG vai realizar este ano a segunda edição Prêmio de Jornalismo Econômico. A novidade na edição de 2012 será a inclusão de uma categoria voltada para estudantes do curso de Jornalismo que poderão inscrever artigos econômicos inéditos. A premiação ainda não foi estabelecida, mas as inscrições devem ser abertas a partir do mês de maio e o regulamento e demais informações estarão disponíveis no portal do economista (<http://www.portaldoeconomista.org.br>).

### I Seminário de Crítica da Economia Política

Nos dias 28, 29 e 30 de março, o Grupo de Estudos em História do Pensamento Econômico (GEHPE), o Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP), a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e a Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA) realizam o I Seminário de Crítica da Economia Política: Questões Contemporâneas. O evento acontece na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – FACSAA da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Informações e inscrições pelo site <http://www.secep.com.br>.

### II Encontro de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Nos dias 28 e 29 de março, o Departamento de Ciências Econômicas – DCECO da Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ promove, no Campus Santo Antônio em São João Del-Rei, o II Encontro de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. O evento tem como objetivo fundamental promover o debate acerca de questões relativas ao desenvolvimento regional e meio ambiente, incluindo os principais pontos de discussão que o tema tem suscitado nos cenários nacional e internacional, tanto no âmbito acadêmico quanto político. Informações:

### SINCE

O XXIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCE será realizado em Belo Horizonte, no mês de setembro, promovido pelo CORECON-NG e pelo COFECON. O evento, que deve reunir economistas e representantes dos CORECONS de todo o país, tem como objetivo examinar e debater questões relativas à atuação dos e aperfeiçoamento do Sistema COFECON/CORECONS e à atuação profissional dos economistas; estabelecer linhas de ação conjunta COFECON/CORECONS; discutir assuntos referentes à formação e aperfeiçoamento profissional dos economistas; e debater a estrutura e conjuntura econômica, política e social do país.

### Workshop

Na mesma ocasião será realizado o Workshop Nacional para a gerência executiva, assessoria jurídica e fiscalização de todos os CORECONS. O workshop busca atualizar o conhecimento destes profissionais, por meio de exposições teóricas e debates de temas inerentes a cada uma das áreas envolvidas, promovendo o aperfeiçoamento profissional dos participantes.

### Gincana Nacional de Economia

A edição de 2012 da Gincana Nacional de Economia vai acontecer em Belo Horizonte, no mesmo período de realização do SINCE e do Workshop. O evento vai reunir representantes de faculdades e universidades de diversos estados brasileiros, vencedores das gincanas regionais, e vai oferecer ótimas premiações aos melhores colocados.

# Professor Barros de Castro: contribuições equivocadamente ignoradas

**Tive a honra de contar com o vasto conhecimento, cultura, inteligência, engenhosas construções analíticas, inconformidade intelectual e, até mesmo, com a amizade, que muito me honra, do professor Castro em três ricas experiências de minha carreira profissional e acadêmica**

*Antonio Barros de Castro é um raro exemplo de integridade em seu mais amplo sentido: moral, familiar, intelectual (Prêmio Jabuti) e profissional. Professor emérito da UFRJ, Castro é reconhecido internacionalmente como um dos mais criativos e instigantes entre os brilhantes economistas brasileiros. O legado de suas contribuições para promover o desenvolvimento brasileiro merecerá a organização de ciclos de debates e publicações sobre os temas por ele abordados.*

*Tendo atuado como presidente (1992/93) e diretor de Planejamento do BNDES (no governo Lula) e como consultor/orientador de estratégias governamentais, setoriais e empresariais, Castro sempre foi capaz de demonstrar que quanto maior o rigor teórico na montagem de estratégias governamentais, setoriais e empresariais, maiores as probabilidades de sucesso operacional de suas proposições, desmentindo o senso comum que coloca dúvidas entre a teoria e a prática.*

*No momento em que se observa no Brasil um claro processo de desindustrialização e, ao mesmo tempo, uma grave crise nos USA e na Europa, felizmente o país ainda pode contar com o acervo deixado pelo Prof. Castro para redefinir estratégias visando recuperar, retomar e modernizar o setor de modo a capacitá-lo como indutor de avanços tecnológicos para toda estrutura produtiva.*

*Tive a honra de contar com o vasto conhecimento, cultura, inteligência, engenhosas construções analíticas, inconformidade intelectual e, até mesmo, com a amizade, que muito me honra, do professor Castro em três ricas experiências de minha carreira profissional e acadêmica.*

*Como vice-presidente Financeiro da Acesita, contei, em 1986 e 1987, com o envolvimento de Castro em projeções de cenários para o Brasil e para a economia internacional visando à implementação de um programa estratégico de investimentos para a década de 1990. A Acesita já exportava para mais de 30 países e reunia condições para participar do processo de globalização em curso como uma multinacional verde-amarela.*

*Convocado em 1988 pelo presidente do Banco do Brasil, Dr. Mário Berard, para coordenar a elaboração de um novo planejamento estratégico do banco para a década de 1990. O principal objetivo do plano seria recuperar o papel do BB como importante instrumento de Governo através de sua efetiva atuação em um novo plano nacional de desenvolvimento.*

*Convidamos o professor Castro para redefinir o novo modelo de desenvolvimento e para participar de todas as etapas do processo. Neste contexto, ele*

*sugeriu “o modelo de consumo de massas” implementado, a partir de 2004, pelo Governo Lula. O que poderia ser o novo PND, contou com a colaboração de vários intelectuais que contemplaram propostas que vem sendo adotadas desde 1994 e que foram sempre orientadas pelo professor Castro. O professor Dionísio Carneiro, infelizmente já falecido, sugeriu medidas que podem ser consideradas como o embrião para o plano Real; o professor Carlos Alberto Longo, também já falecido, propôs alternativas para equilibrar as contas do setor público que também podem ser consideradas como embrião da Lei de Responsabilidade Fiscal; e o professor Francisco Pires de Souza sugeriu um caminho para a saída da moratória na mesma linha do Plano Brady.*

*Tendo como pano de fundo o modelo de consumo de massas, foram definidas estratégias para infraestrutura, indústria, agropecuária e o agronegócio, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento regional, expansão da previdência complementar. Contaram com proposições, sempre com colaboração do professor Castro, dos autores: professor Ricardo Bielschowsky, professora Ana Amélia Castro, professor José Afonso da Silva, Prof. Fábio Erber (infelizmente já falecido), professor José Carlos Miranda, professor Paulo Roberto Haddad, professor Eduardo Rios Neto. Várias de suas sugestões têm sido utilizadas, entre as quais cabe citar: o PAC, as políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, as alternativas para promoção regional, a expansão da previdência complementar. Desenvolvi a proposta para transformar o BB em um banco universal contemporâneo (banco comercial, banco de investimento, administrador de planos de previdência complementar, de seguros de capitalização). Luis Aureliano Andrade, Antônio Prates, Jaime Blay, Eduardo Fernandes e Valder de Goés indicaram ações para modernizar o aparato político-institucional-administrativo para o país e para o BB.*

*Voltei a contar com as contribuições de Castro, desta feita como aluno do IE-UFRJ. Ele foi o orientador de minha tese de doutoramento. Com indicações bibliográficas (Keynes, Schumpeter, Steindl, Hilferding, Labini, Eichner, Minsky, Shaw, McKinnon, Maxwell Fry, Zysman, entre outros) e com rigor na análise de cada capítulo, em algumas ocasiões no fatídico recinto que privou o Brasil de continuar usufruindo de suas pioneiras e instigantes contribuições, desenvolvi a tese: O Banco Universal Contemporâneo – Uma Estratégia para Financiar Investimentos no Brasil.*

\* Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)



## cgxcv

*Desde fins de 2009 que o receio de uma crise da dívida soberana desenvolveu-se entre os investidores, preocupados com a capacidade de alguns estados europeus – agrupados sob a deno*

**dfgsdsfsd**

# Nova presidência e conselheiros do COFECON

Dois economistas mineiros estão entre os novos conselheiros federais que tomaram posse em fevereiro



Conselho Federal de Economia – COFECON realizou no dia 9 de fevereiro a posse de sua nova presidência e conselheiros eleitos. O evento aconteceu no Hotel Nacional, em Brasília – DF, e contou com a presença de várias autoridades (tanto locais quanto de outros estados), economistas, professores e dirigentes de outras categorias profissionais.

Na abertura da cerimônia foi exibido um vídeo comemorativo dos 60 anos da profissão, no qual apresenta-se rapidamente seu início no Brasil, os anos em que ganhou maior projeção nacional, a importância e as habilidades do economista, bem como as perspectivas para o futuro.

O economista e ex-presidente do COFECON Waldir Pereira Gomes fez um discurso no qual prestou contas de sua gestão, mencionando uma a uma as principais realizações. Em seguida foram empossados o novo presidente, Ernes Tadeu Zapeline, o vice-presidente, Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro, os conselheiros federais efetivos Antônio Eduardo Poleti, Eduardo José Monteiro da Costa, Fabíola Andréa Leite de Paula, Júlio Alfredo Rosa Paschoal e Róridan Penido Duarte e os novos suplentes Júlio Gameiro Miragaya, Nei Jorge Correia Cardim, Paulo



Roberto Lucho, Antonio Eduardo Nogueira e Lourival Batista de Oliveira Júnior. Wellington Leonardo da Silva (efetivo) e Carlos Henrique Tibiriçá Miranda (suplente) não compareceram à cerimônia.

O conselheiro efetivo Róridan Penido Duarte e o suplente Lourival Batista de Oliveira Júnior representam o CORECON-MG. Róridan é economista especialista em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e em Finanças pela Fundação Dom Cabral. Exerceu os cargos de diretor de administração e finanças da Prefeitura de Belo Horizonte, coordenador-geral de logística e administração do Ministério do Trabalho e Emprego e assessor do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome. Lou-

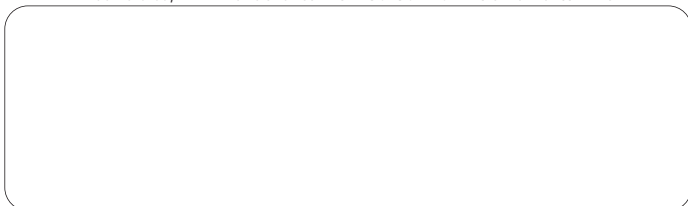
rival é economista, mestre em educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora e doutor administração pelo PPGA/UFLA – área de gestão social, professor universitário e diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O discurso do novo presidente Ernes Tadeu Zapeline encerrou a programação da cerimônia. Ele falou sobre o economista: “É o profissional que tem a mais ampla visão do mundo em que vivemos. É o profissional que abarca conhecimentos dos mais diversos campos do saber”. Ele ainda apontou as dificuldades reais da profissão e mencionou a burocracia que atinge a administração pública, destacando a Lei 1.411/51, o presidente referiu-se à importância do planejamento.

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA ECT



Rua Paraíba, 777 – Funcionários – CEP 30130-140 – Belo Horizonte - MG



**Impresso Especial**  
9912208423/2008-DR/MG  
Conselho de Economia de Minas Gerais - 10ª Região  
CORREIOS

